



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Terra Alta**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51	

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Terra Alta (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

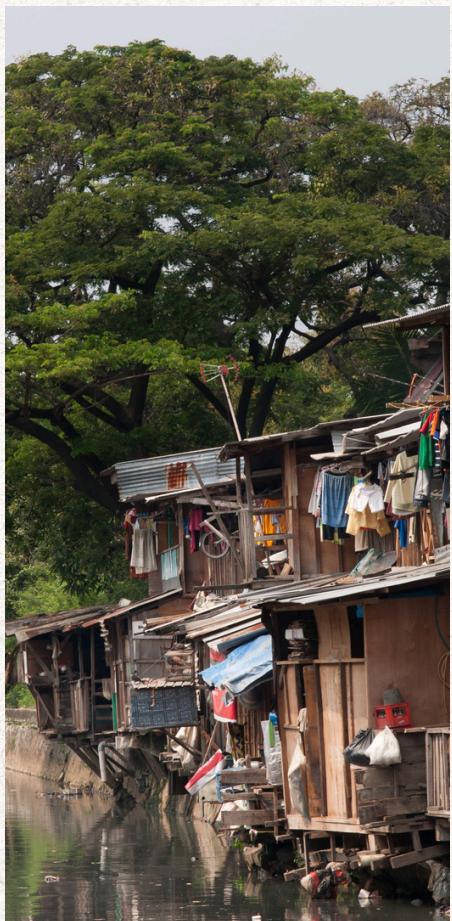


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza em Terra Alta oscilou levemente, partindo de 68,2% em 2019 para 68,4% em 2021. No entanto, em 2022 houve um salto expressivo, chegando a 72,0%, valor que se manteve em 2023. Já a Região de Integração (RI) Guamá apresentou estabilidade entre 2019 (45,0%) e 2021 (44,4%), mas sofreu uma alta abrupta em 2022, atingindo 62,1%. Em seguida, caiu significativamente para 43,8% em 2023. O estado do Pará também seguiu tendência semelhante, com 41,5% em 2019, queda para 41,2% em 2021, aumento

até 59,9% em 2022 e recuo a 43,7% em 2023. Essas oscilações sugerem um impacto conjuntural em 2022, com possível recuperação parcial no ano seguinte (Gráfico 1).

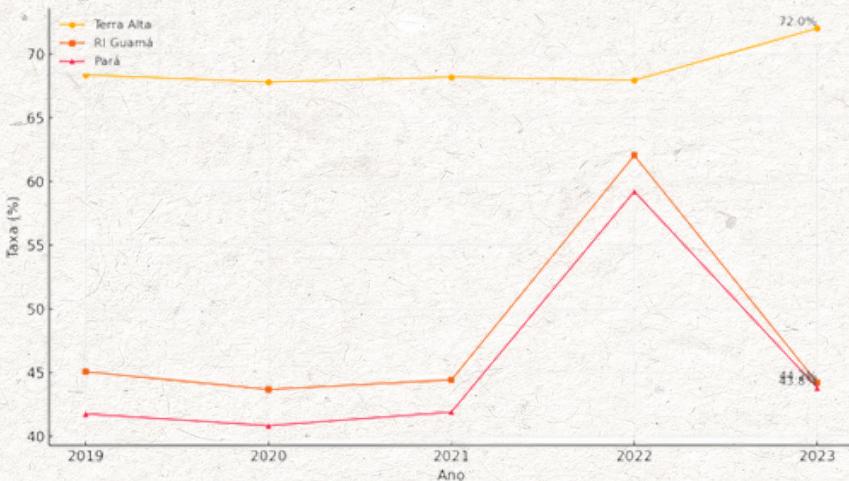
O comportamento de Terra Alta contrasta com o das demais esferas, já que a alta verificada em 2022 se manteve elevada em 2023. Isso indica que, enquanto o estado e a RI conseguiram reverter parcialmente o avanço da pobreza, o município permaneceu em situação crítica. O dado de 72,0% em 2023 posiciona Terra Alta em patamar muito superior à média estadual





(43,7%) e regional (43,8%). A diferença entre os territórios sugere que políticas públicas de combate à pobreza podem ter sido mais eficazes em nível estadual e regional. Em contrapartida, o município aparenta maior vulnerabilidade a choques econômicos. Essa permanência da pobreza elevada merece atenção prioritária na agenda social municipal (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

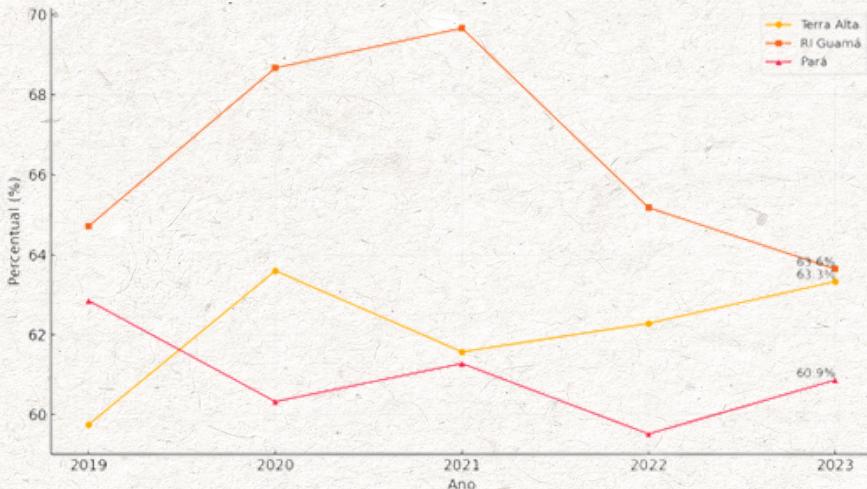
Em Terra Alta, os percentuais destinados a serviços essenciais cresceram de 59,6% em 2019 para 63,5% em 2020. Houve uma queda em 2021 (61,5%), mas os valores voltaram a subir, encerrando 2023 em 63,3%. A RI Guamá apresentou comportamento mais robusto, com aumento de 64,8% (2019) para 69,6% (2021), seguido de queda até 63,6% em 2023. Já o Pará partiu de 62,8% em 2019, teve uma queda acentuada até 59,4% em 2022 e leve recuperação para 60,9% em 2023. Apesar das variações, todos os entes analisados mantiveram investimentos acima de 59%, demonstrando prioridade relativa para áreas como saúde, educação e assistência social

(Gráfico 2).

No recorte temporal, observa-se que a RI Guamá teve os maiores percentuais investidos, indicando uma política pública mais direcionada ao atendimento de necessidades básicas. Terra Alta também manteve trajetória de recuperação após a oscilação de 2021, aproximando-se da média regional em 2023. Já o estado, embora com tendência de leve crescimento em 2023, teve o menor valor da série no ano anterior. Isso pode sinalizar dificuldades fiscais no período ou redirecionamento de gastos para outras áreas (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



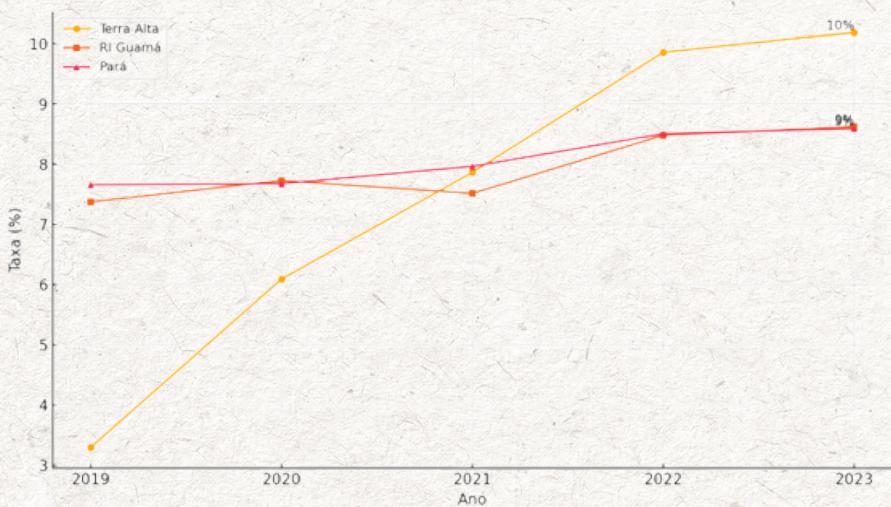
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

Em Terra Alta, o indicador aumentou de forma alarmante entre 2019 e 2023, partindo de 3,2% para 10%. O crescimento foi progressivo: 6,1% (2020), 7,8% (2021), 9,8% (2022) e 10% (2023). Esse avanço acelerado representa uma deterioração significativa nas condições de saúde materno-infantil do município. A RI Guamá iniciou em 7,4% e evoluiu para 9%, também em tendência de crescimento, mas menos acentuada. O Pará apresentou trajetória estável de crescimento, passando de 7,6% (2019) para 9% (2023). Os dados revelam um padrão preocupante nos três territórios, com especial gravidade em Terra Alta (Gráfico 3).

A situação municipal é a que mais se distancia da média estadual e regional. O salto de quase sete pontos percentuais em cinco anos acende alerta para políticas de acompanhamento pré-natal, nutrição e acesso à saúde básica. A aproximação dos valores entre os níveis em 2023 (10% para Terra Alta, 9% para RI e Estado) sugere que a problemática pode estar se ampliando, exigindo ações coordenadas. O indicador é sensível a desigualdades socioeconômicas e à ausência de políticas públicas eficazes, sendo reflexo direto da qualidade de vida das gestantes e das crianças (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

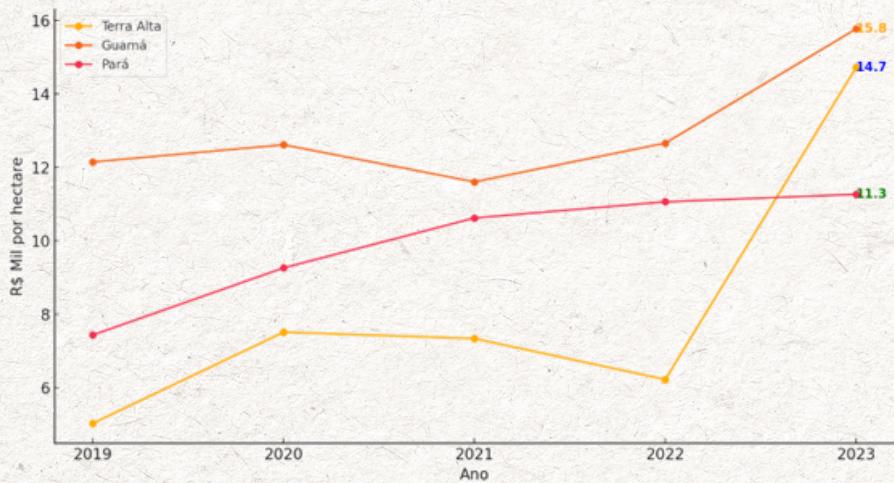


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Terra Alta variou consideravelmente no período, partindo de R\$ 5,0 mil/ha em 2019, subindo para R\$ 7,5 mil/ha em 2020, recuando para R\$ 6,2 mil/ha em 2022 e alcançando um salto expressivo em 2023, com R\$ 14,7 mil/ha. Essa evolução contrasta com o padrão mais estável observado no estado e na RI. A RI Guamá manteve-se como líder em produtividade: de R\$ 11,9 mil/ha em 2019 para R\$ 15,8 mil/ha em 2023. Já o Pará subiu progressivamente de R\$ 7,5 mil/ha para R\$ 11,3 mil/ha no mesmo período. Isso evidencia que, embora Terra Alta tenha historicamente apresentado produtividade inferior, houve uma virada significativa no último ano (Gráfico 4).

Esse crescimento acentuado em 2023 pode estar associado a melhorias tecnológicas, mecanização, maior apoio técnico ou transição de culturas com maior valor agregado. Ainda que a média regional permaneça superior, a diferença entre os territórios diminuiu substancialmente. O dado positivo de Terra Alta contrasta com os indicadores sociais negativos, como pobreza e baixo peso ao nascer, sugerindo uma dissociação entre crescimento do setor produtivo e bem-estar da população (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14,7 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

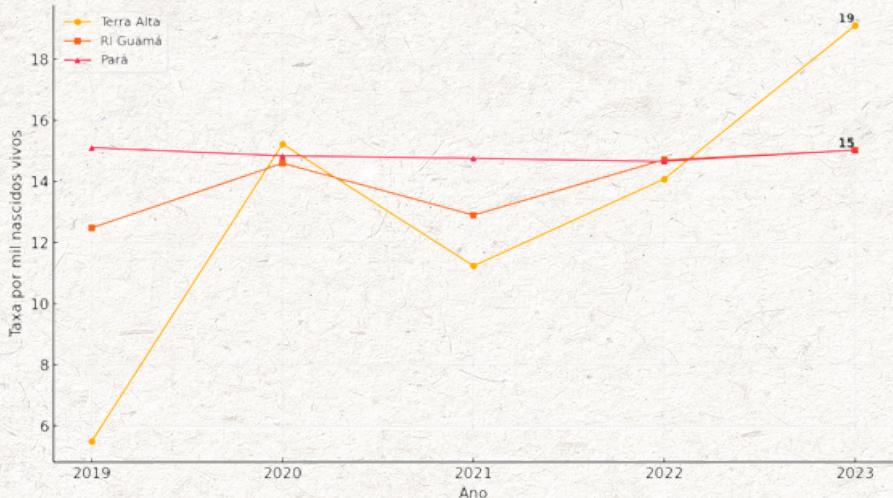
Em Terra Alta, a taxa de mortalidade infantil apresentou forte oscilação ao longo do período. O indicador era de apenas 5,4 óbitos por mil nascidos vivos em 2019, disparando para 15,2 em 2020. Em 2021 houve melhora, com recuo para 11,3, mas o cenário voltou a se agravar nos anos seguintes: 14,1 em 2022 e, por fim, 19,0 em 2023. A Região de Integração Guamá variou de 12,5 (2019) para 14,6 (2020), caiu para 13,0 (2021) e retomou a alta até atingir 15,0 em 2023. Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade, com leve declínio de 15,2 (2019) para 14,7 (2022), subindo ligeiramente para 15,0 em 2023 (Gráfico 5).

A evolução da taxa em Terra Alta é a mais preocupante entre os três níveis analisados, com um salto de 13,6 pontos entre 2019 e 2023. O crescimento acentuado a partir de 2022 aponta para falhas persistentes na atenção básica e na saúde materno-infantil. Enquanto o estado e a RI mantêm um padrão mais regular e próximo de 15,0, Terra Alta rompe esse equilíbrio e se distancia negativamente dos demais. O resultado de 19,0 óbitos por mil nascidos vivos em 2023 exige resposta imediata do sistema local de saúde. Estratégias como ampliação da cobertura pré-natal, vigilância de risco gestacional e investimento em infraestrutura hospitalar são essenciais para reverter esse quadro crítico Parte superior do formulário





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

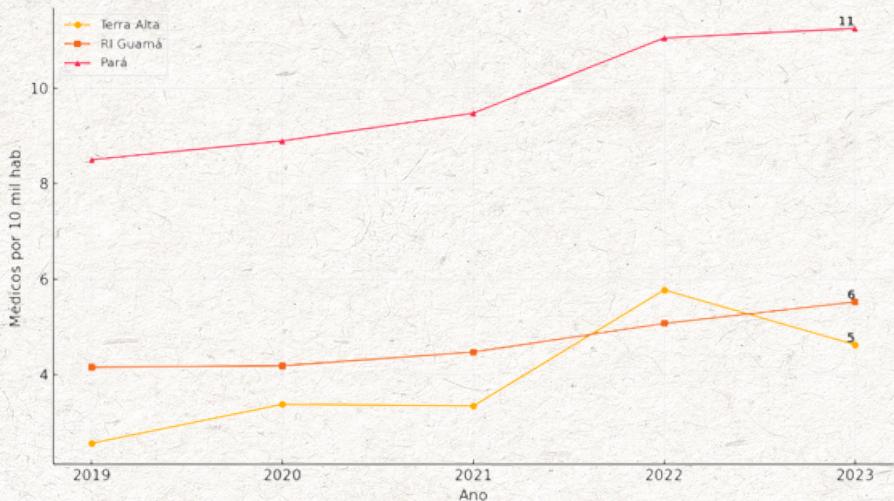
Em 2019, Terra Alta contava com apenas 2,5 médicos por 10 mil habitantes, número que subiu para 3,3 em 2020 e se manteve em 2021. Em 2022, o município registrou um avanço expressivo, chegando a 5,8 médicos, mas caiu levemente para 5 em 2023. A RI Guamá começou com 4,2 médicos (2019), evoluiu gradualmente até alcançar 6,0 em 2023. Já o estado do Pará apresentou a melhor estrutura médica por habitante, saindo de 8,5 médicos em 2019 para 11,0 em 2023 (Gráfico 6).

Apesar do salto registrado em 2022, Terra Alta encerra 2023 com um dos piores

índices entre os territórios analisados. A tendência de crescimento na RI e no estado indica esforços estruturais em ampliação do quadro médico. No entanto, a queda municipal pode refletir dificuldades de fixação de profissionais ou encerramento de contratos temporários. A disparidade entre o município e o estado (6,3 médicos a menos em 2023) reforça a desigualdade no acesso à atenção médica. O número insuficiente de médicos em Terra Alta pode, inclusive, estar correlacionado com o aumento da mortalidade infantil (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em 2019, Terra Alta oferecia 234 vagas por mil habitantes, superior à RI Guamá (216) e ao estado (211). Após queda para 219 em 2020, o município elevou a oferta para 236 (2021) e 238 (2022), mas reduziu novamente em 2023, atingindo 212 vagas. Na RI Guamá, a trajetória foi mais modesta, com decréscimo contínuo até alcançar 190 em 2023. Já o Pará caiu de 211 (2019) para 198 (2023), com breve recuperação em 2022 (219) (Gráfico 7).

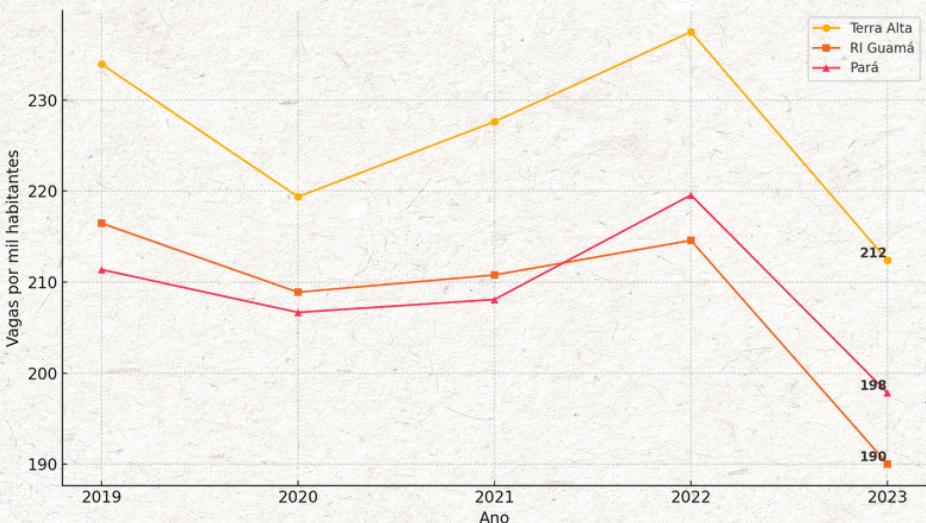
A análise demonstra que, apesar da redução recente, Terra Alta manteve ao longo da série

valores superiores à média estadual e regional. Isso indica esforço de manutenção da rede pública de ensino, mesmo diante de desafios orçamentários. No entanto, a queda acentuada em 2023 pode representar contenção de despesas, fechamento de turmas ou queda na demanda educacional. A diminuição de vagas na RI e no estado em 2023 aponta para uma tendência mais ampla. Monitorar o impacto dessa retração sobre o acesso à educação é essencial para evitar retrocessos (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 212 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

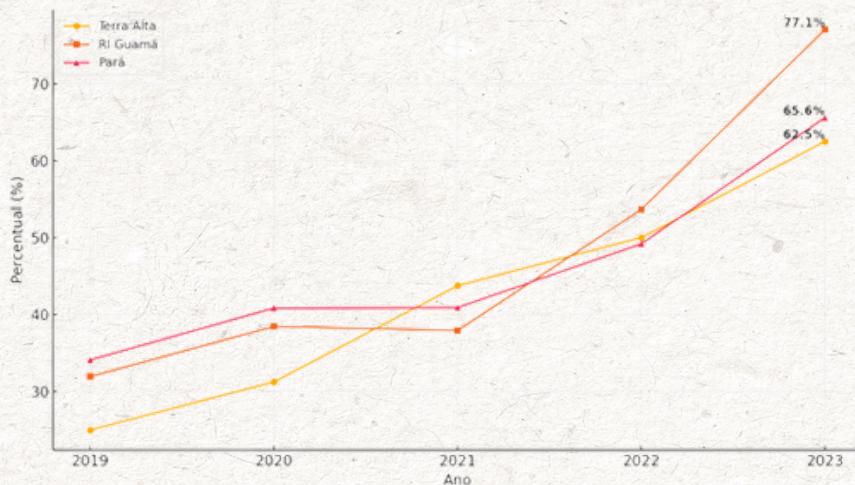
O indicador em Terra Alta cresceu significativamente, de 25% em 2019 para 62,5% em 2023. A progressão foi contínua: 31,2% (2020), 43,8% (2021), 50,0% (2022) e 62,5% (2023). A RI Guamá teve trajetória semelhante, saindo de 31,7% (2019) para 77,1% (2023), superando os demais níveis. O estado do Pará partiu de 34,1% e avançou para 65,6% no mesmo período, com maior aceleração a partir de 2021 (Gráfico 8).

O crescimento em todos os territórios evidencia esforços em ampliar a conectividade das escolas, especialmente após a

pandemia. Terra Alta teve avanço expressivo, embora ainda abaixo da média regional e estadual em 2023. A RI Guamá demonstra desempenho superior, refletindo possíveis investimentos mais robustos em infraestrutura tecnológica. A evolução desse indicador é estratégica, pois contribui diretamente para a modernização do ensino e inclusão digital. Ainda assim, a universalização do acesso à internet nas escolas públicas segue como um desafio prioritário para o município (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros

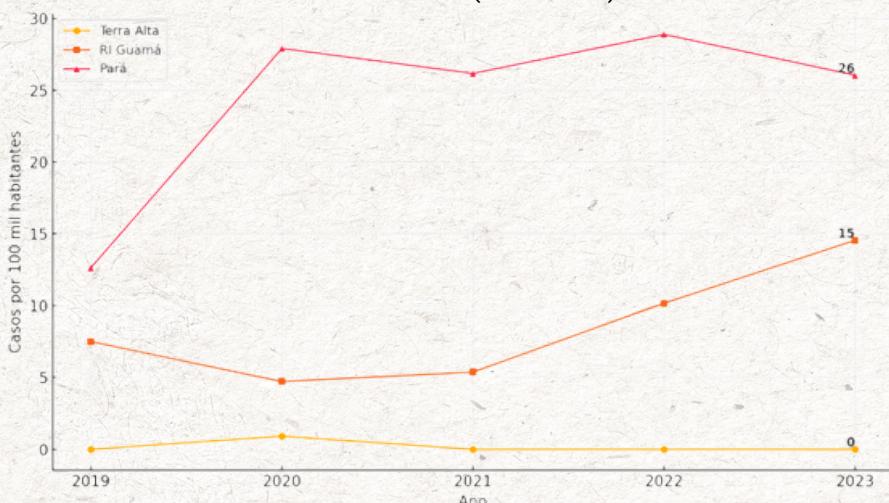


Em Terra Alta, o índice foi nulo ou muito próximo de zero durante todo o período de 2019 a 2023, com registro apenas em 2020 (1,0 caso por 100 mil habitantes). A ausência de dados nos demais anos pode indicar subnotificação ou falhas no sistema de registro, e não necessariamente inexistência do fenômeno. Na RI Guamá, o número de casos era 7,6 em 2019, caiu para 4,8 em 2020 e subiu de forma contínua, chegando a 15,0 em 2023. Já o Pará teve uma elevação significativa de 12,6 (2019) para 28,0 (2020), com flutuações posteriores e finalizando 2023 com 26,0 (Gráfico 9).



A diferença entre os territórios sugere que Terra Alta precisa aprimorar os mecanismos de denúncia e monitoramento. A tendência de crescimento na RI e no estado revela um problema estrutural e persistente, agravado possivelmente pela pandemia e crises sociais. Os valores elevados no Pará nos últimos anos mostram que o combate à violência de gênero requer políticas públicas urgentes, intersetoriais e territorializadas. A ausência de registros em Terra Alta pode mascarar a realidade vivida por mulheres em situação de vulnerabilidade, comprometendo o planejamento de ações preventivas e de proteção (Gráfico 9).

**Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Terra Alta x RI
Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

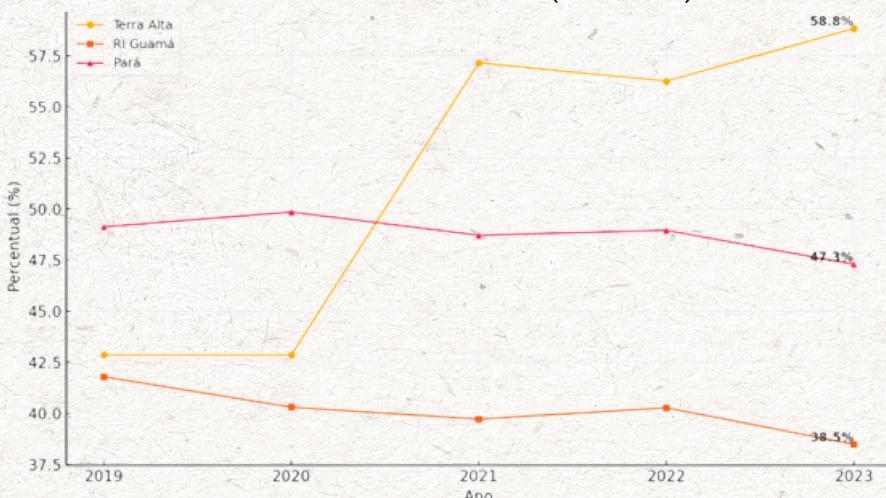
Em Terra Alta, o percentual de mulheres em cargos gerenciais apresentou forte crescimento entre 2020 e 2021. Saiu de 43,0% (2020) para 57,1% (2021), mantendo-se elevado nos anos seguintes: 56,3% (2022) e 58,8% (2023). Na RI Guamá, o indicador caiu ao longo da série: de 41,9% (2019) para 38,5% (2023), apesar de uma leve recuperação em 2022 (40,2%). Já o Pará manteve relativa estabilidade, oscilando entre 48,9% (2019) e 47,3% (2023), com pico de 49,8% em 2020 (Gráfico 10).





O destaque positivo de Terra Alta mostra avanço significativo na participação feminina em posições de liderança. A tendência oposta observada na RI Guamá sugere a necessidade de ações para valorização da equidade de gênero na região. O estado, por sua vez, apresenta um padrão estável, mas ainda abaixo do desempenho do município em 2023. O crescimento em Terra Alta pode estar relacionado a políticas locais de inclusão ou mudança no perfil institucional. Mesmo com avanços, ainda é necessário garantir que esses cargos tenham influência efetiva e estejam distribuídos de forma equitativa entre setores públicos e privados (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 58,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Terra Alta iniciou 2019 com apenas 0,6% da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto. Esse índice permaneceu inalterado até 2021, subindo para 1,0% em 2022 e recuando levemente para 0,8% em 2023. Na RI Guamá, a cobertura variou de 1,0% (2019) para 1,1% (2023), com oscilação mínima. Já o estado do Pará mostrou avanço contínuo: de 7,0% (2019) para 11,5% em 2023, indicando investimentos mais significativos em infraestrutura sanitária (Gráfico 11).

A baixa cobertura em Terra Alta evidencia exclusão estrutural de populações vulneráveis dos serviços básicos. Mesmo com leve melhora em 2022, o município encerra o período com indicadores muito inferiores à média estadual. A RI Guamá também apresenta desempenho limitado, sem variações significativas ao longo dos anos. O crescimento mais consistente no Pará reforça a importância de ampliar o alcance das políticas públicas para os municípios menores. A universalização do saneamento é essencial para a saúde pública e redução de desigualdades sociais (Gráfico 11).

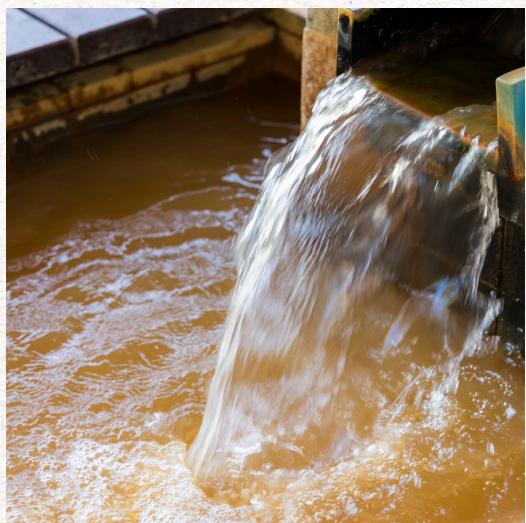
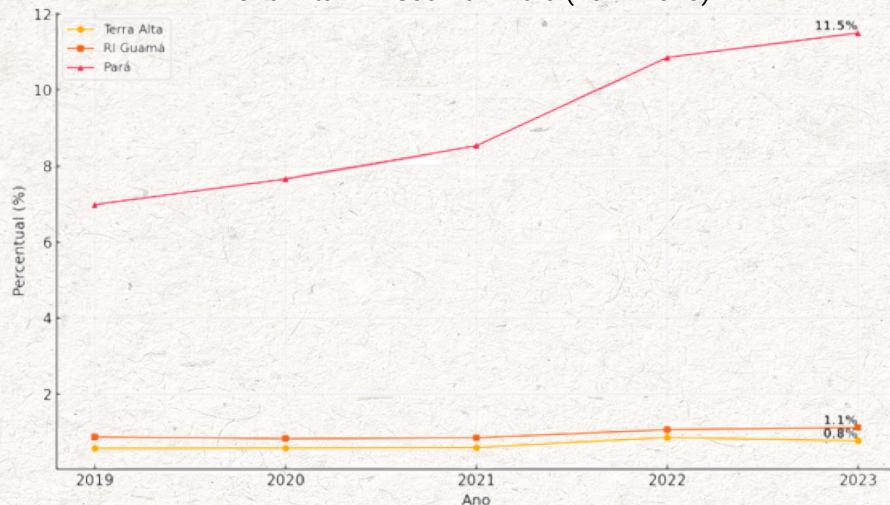




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Terra Alta teve comportamento decrescente ao longo da série, partindo de R\$ 12,5/hab. (2019), subindo para R\$ 20,3 (2020), mas caindo nos anos seguintes até chegar a apenas R\$ 8,1 em 2023. A RI Guamá manteve certa estabilidade, com valores próximos de R\$ 15/hab. entre 2019 e 2022, encerrando 2023 em queda, com R\$ 11,0/hab. Já o estado do Pará teve evolução marcante: de R\$ 80,0 (2019) para R\$ 152,0 em 2022, fechando 2023 com R\$ 137,0/hab (Gráfico 12).

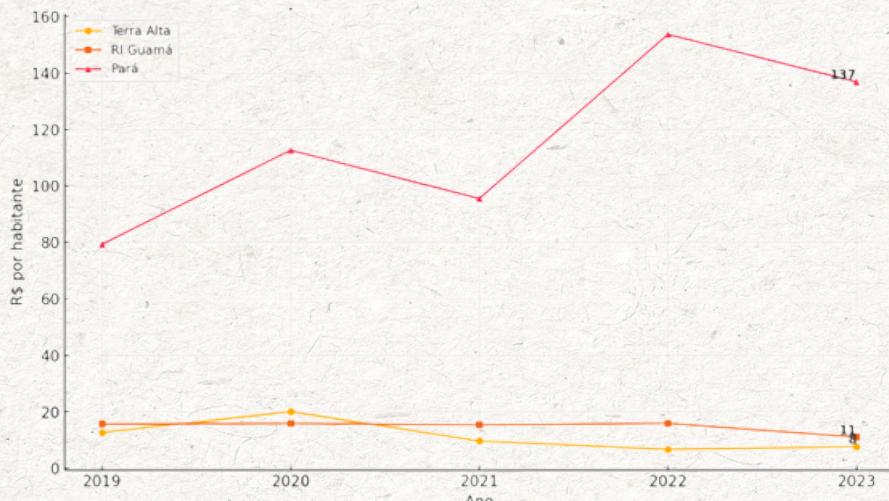
Essa discrepância nos valores evidencia disparidades na capacidade de investimento entre

os entes federativos. Enquanto o estado ampliou fortemente os recursos para saneamento, Terra Alta reduziu significativamente seus aportes. A queda no município compromete o avanço de indicadores como coleta de esgoto, refletindo diretamente em saúde e qualidade de vida. A RI Guamá mostra esforço de manutenção, mas sem expansão real da política. A situação reforça a necessidade de articulação inter-governamental e ampliação de repasses para garantir a efetividade dos serviços básicos no interior (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/ Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

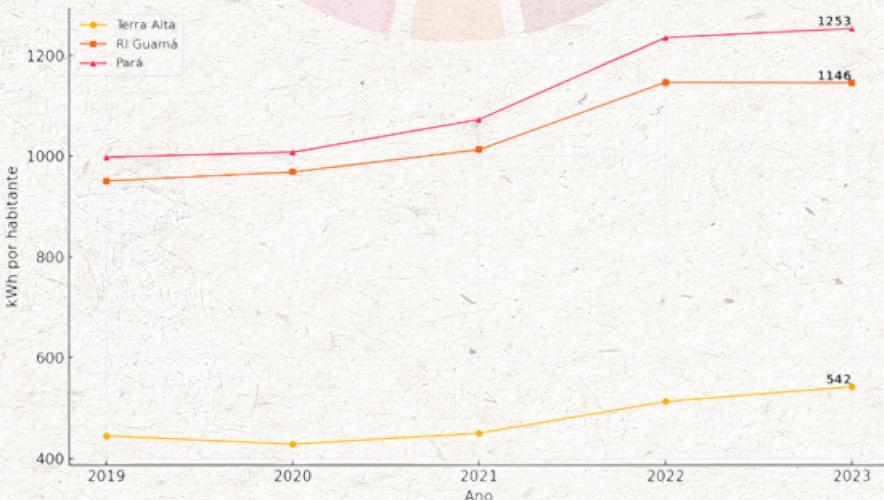


Em Terra Alta, o consumo per capita de energia elétrica era de 448 kWh/hab. em 2019, apresentando uma leve queda para 430 em 2020. A partir de então, houve crescimento gradual: 451 em 2021, 512 em 2022 e 542 kWh/hab. em 2023. Apesar da evolução, o município continua com o menor consumo entre os três níveis analisados. A RI Guamá iniciou com 950 kWh/hab. (2019) e chegou a 1.146 em 2023. O estado do Pará apresentou a maior média, de 1.000 (2019) para 1.253 kWh/hab. em 2023 (Gráfico 13).



A diferença entre os níveis territoriais revela desigualdades marcantes no acesso e uso da energia elétrica. O crescimento em Terra Alta, embora constante, ainda não alcança metade do valor estadual. Já a RI Guamá e o Pará demonstraram aceleração a partir de 2021, especialmente o estado, que teve salto de 1.078 (2021) para 1.239 (2022). Esse aumento pode refletir melhorias na infraestrutura elétrica, aumento da renda ou crescimento populacional urbano. Em Terra Alta, o ritmo mais lento pode indicar limitações econômicas ou de cobertura da rede (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 542 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

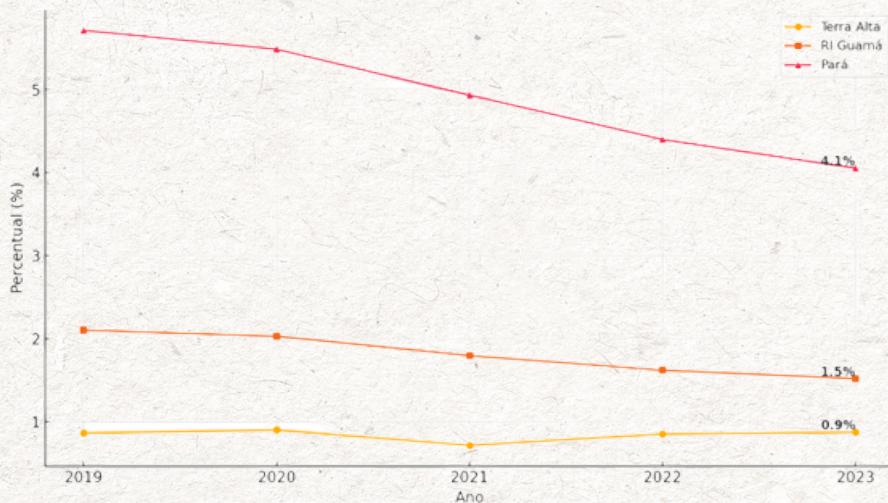
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

No município de Terra Alta, o percentual de domicílios de baixa renda com iluminação fóssil permaneceu relativamente estável, iniciando em 0,9% em 2019, mantendo-se igual em 2020, caindo para 0,7% em 2021 e subindo novamente para 0,9% nos dois anos seguintes. Esse comportamento mostra pouca variação, com o índice se mantendo abaixo de 1% durante todo o período analisado, o que reflete uma condição mais favorável de acesso à energia elétrica em comparação com as médias estadual e regional (Gráfico 14).



Na Região de Integração Guamá, a trajetória foi de declínio contínuo: de 2,1% em 2019 para 2,0% em 2020, 1,8% em 2021, 1,6% em 2022 e 1,5% em 2023. Já no estado do Pará, a redução foi ainda mais significativa, passando de 5,7% em 2019 para 5,5% em 2020, 4,9% em 2021, 4,4% em 2022 e alcançando 4,1% em 2023. Apesar da queda geral, o Pará ainda apresenta o maior percentual de domicílios com esse tipo de iluminação, sinalizando desigualdades estruturais na infraestrutura energética entre regiões (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

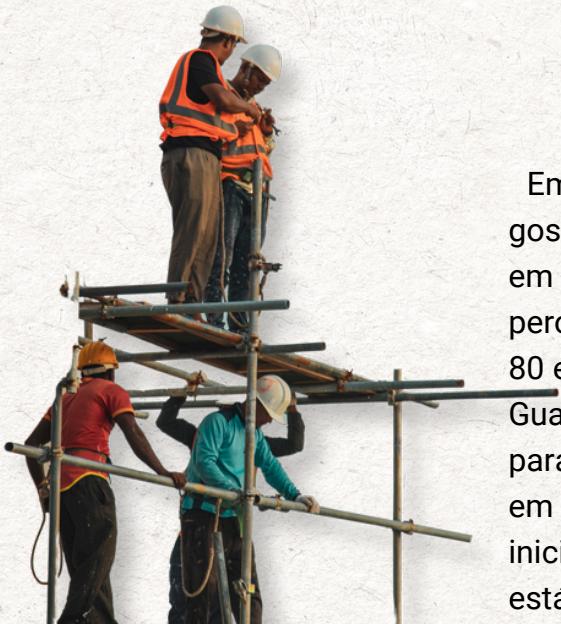


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



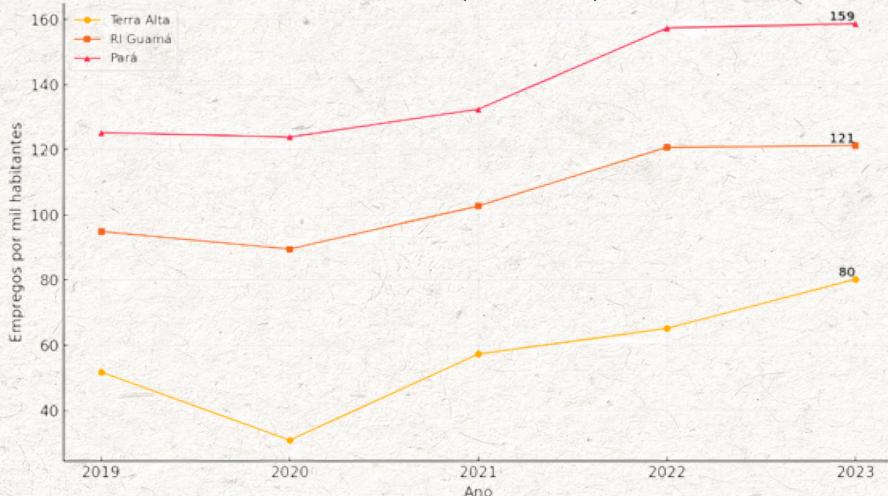
Empregos Formais por Mil Habitantes

A análise comparativa evidencia uma performance superior do estado do Pará ao longo de todo o período, com crescimento acumulado de 27% entre 2019 e 2023. A RI Guamá também apresentou avanço relevante, com aumento de 27,4% no período, mantendo-se sempre acima dos valores de Terra Alta, o que reflete uma estrutura econômica mais diversificada. Já Terra Alta, mesmo partindo de um patamar mais baixo, teve o maior crescimento relativo: 53,8% entre 2019 e 2023. Isso pode indicar uma reação local à crise, com melhora nas políticas de formalização ou aumento de oportunidades em setores específicos (Gráfico 15).

Em 2019, o município de Terra Alta apresentava 52 empregos formais por mil habitantes. Esse número caiu para 31 em 2020, refletindo os impactos da pandemia, mas recuperou-se para 57 em 2021, subiu para 66 em 2022 e atingiu 80 em 2023. No mesmo período, a Região de Integração (RI) Guamá iniciou com 95 empregos por mil, caiu levemente para 90 em 2020, e depois cresceu para 103 em 2021, 121 em 2022 e manteve 121 em 2023. Já o estado do Pará iniciou com 125 empregos por mil habitantes, permaneceu estável em 124 no ano seguinte, subiu para 133 em 2021, 157 em 2022 e atingiu 159 em 2023 (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 80 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

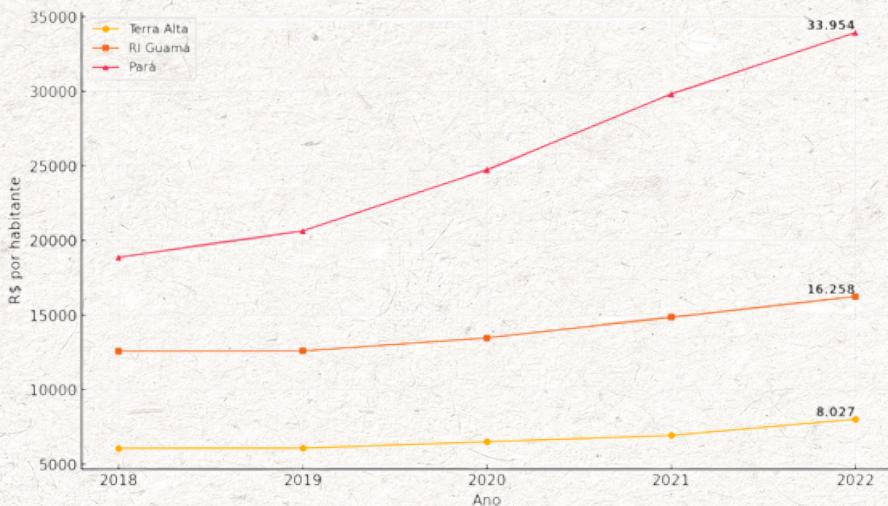
O município de Terra Alta iniciou 2018 com um PIB per capita de R\$ 6.155, manteve-se quase estável em 2019 (R\$ 6.164), subindo para R\$ 6.669 em 2020, R\$ 7.007 em 2021 e R\$ 8.027 em 2022. Já a RI Guamá apresentou valores superiores em todos os anos: R\$ 12.677 em 2018, R\$ 12.665 em 2019, R\$ 13.468 em 2020, R\$ 14.931 em 2021 e R\$ 16.258 em 2022. O estado do Pará, por sua vez, exibiu crescimento expressivo, partindo de R\$ 18.888 em 2018 para R\$ 20.695 em 2019, R\$ 24.749 em 2020, R\$ 29.865 em 2021 e R\$ 33.954 em 2022 (Gráfico 16).



Em termos comparativos, o PIB per capita de Terra Alta em 2022 representa apenas 24% do valor estadual e 49,4% do valor da RI Guamá, revelando disparidades estruturais relevantes. Enquanto o crescimento acumulado em Terra Alta foi de 30,4%, o da RI Guamá foi de 28,3%, e o do estado do Pará foi de 79,7%. Esse desempenho superior do estado está fortemente ligado à indústria extrativa, especialmente mineração, com elevada contribuição ao valor agregado. A disparidade territorial sugere concentração da riqueza em polos industriais e baixa interiorização do desenvolvimento econômico (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 8.027/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



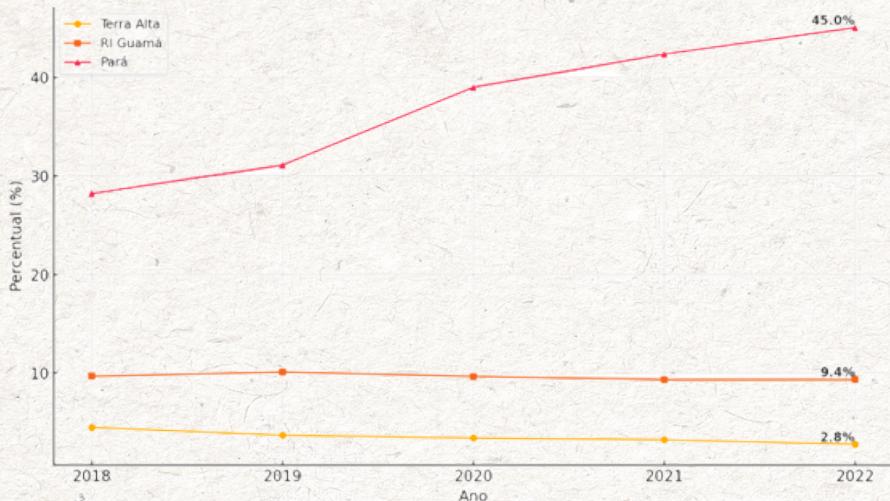
Em 2018, o valor adicionado da indústria no PIB de Terra Alta era de 4,4%, recuando para 3,5% em 2019, 3,3% em 2020 e 2021, e atingindo 2,8% em 2022, indicando perda de dinamismo industrial no município. A RI Guamá manteve um padrão estável e superior: 9,5% em 2018, 10,0% em 2019, 9,6% em 2020, 9,3% em 2021 e 9,4% em 2022. Já o estado do Pará apresentou forte crescimento, de 28,4% em 2018 para 31,1% em 2019, 38,7% em 2020, 42,5% em 2021 e 45,0% em 2022 (Gráfico 17).

Comparando os três níveis, observa-se que a participação da indústria no PIB estadual é cerca de 16 vezes maior que em Terra Alta e quase 5 vezes maior que na RI Guamá, ao final do período analisado. Essa diferença revela um processo de concentração produtiva nos grandes polos industriais do estado, enquanto municípios como Terra Alta permanecem à margem da industrialização. A estagnação e queda no índice local apontam para uma possível ausência de investimentos no setor, reforçando a dependência de atividades de menor valor agregado na economia municipal (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

O município de Terra Alta iniciou o período com 11,7 profissionais da ciência por 100 mil habitantes em 2019, mas sofreu uma queda para 7,0 em 2020. A partir de 2021, observou-se uma recuperação significativa: 15,2 em 2021, uma leve queda para 14,6 em 2022 e novo crescimento para 17,0 em 2023. Já a RI Guamá



iniciou com 7,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019, caiu para 6,6 em 2020, e seguiu em crescimento: 9,3 (2021), 11,0 (2022) e mantendo 11,0 em 2023 (Gráfico 18).

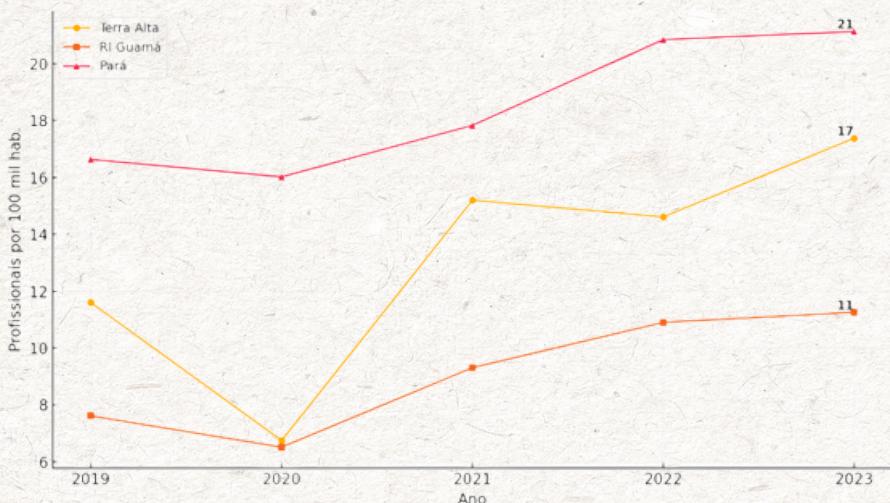
No estado do Pará, os valores foram consistentemente mais altos, com 16,7 em 2019, ligeira redução para 16,1 em 2020, e retomada nos anos seguin-

tes: 17,8 em 2021, 20,8 em 2022 e 21,0 em 2023. A comparação evidencia que o estado possui um quadro mais consolidado de profissionais da ciência em relação aos níveis local e regional. Terra Alta, apesar de apresentar oscilações, conseguiu ultrapassar a média da RI Guamá a partir de 2021, o que pode refletir investimentos pontuais em pesquisa, educação ou saúde. O crescimento expressivo no município contrasta com a estabilidade mais lenta da região (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





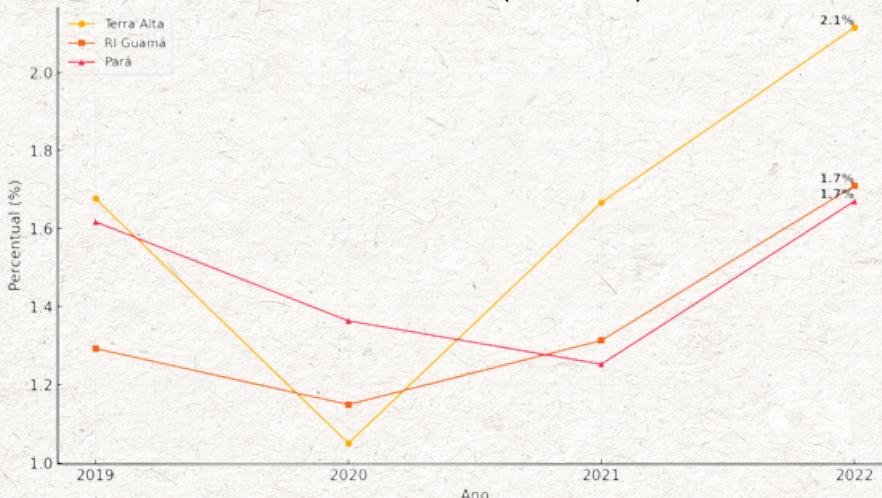
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em Terra Alta, o indicador da massa salarial formal iniciou em 1,68% do PIB em 2019, caiu acentuadamente para 1,04% em 2020, mas apresentou recuperação consistente: 1,66% em 2021 e 2,10% em 2022, o maior entre os três níveis analisados. Na RI Guamá, o percentual foi de 1,30% em 2019, recuando para 1,14% em 2020, subindo para 1,31% em 2021 e para 1,70% em 2022, igualando-se ao valor estadual no último ano. Já o estado do Pará iniciou com 1,61% em 2019, recuou para 1,36% em 2020, caiu mais para 1,25% em 2021 e recuperou-se para 1,69% em 2022 (Gráfico 19).

Ao longo do período, Terra Alta demonstrou

maior volatilidade, mas também maior capacidade de recuperação relativa. Seu salto de 1,04% para 2,10% entre 2020 e 2022 representa uma elevação de mais de 100%, possivelmente influenciada por aumento da formalização ou valorização salarial em setores locais. A RI Guamá teve crescimento mais suave e regular, enquanto o Pará, apesar de se recuperar, ainda não atingiu os patamares iniciais de 2019. A análise revela que, proporcionalmente, Terra Alta tem melhorado a participação da massa salarial formal no PIB, mesmo partindo de uma base menor (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

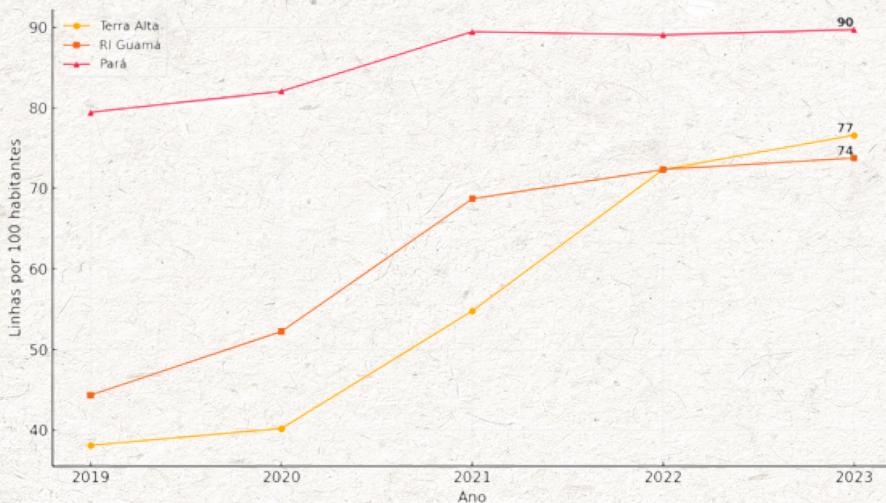
No município de Terra Alta, o acesso à telefonia móvel cresceu de forma significativa entre 2019 e 2023, saindo de 38 linhas por 100 habitantes em 2019, passando por 40 (2020), 55 (2021), 72 (2022) e alcançando 77 em 2023. Já a RI Guamá iniciou com 44 linhas em 2019, subiu para 52 (2020), 68 (2021), 72 (2022) e encerrou com 74 em 2023. O crescimento regional foi consistente, mas Terra Alta teve desempenho superior nos dois últimos anos (Gráfico 20).

No estado do Pará, o indicador partiu de 79,3 em 2019 e cresceu para 82,0 em 2020, 89,2 em 2021, manteve 88,7 em 2022 e atingiu 90,0 em 2023. Apesar do maior acesso no estado, observa-se que tanto a RI quanto Terra Alta reduziram a diferença em relação à média estadual ao longo dos anos. O avanço expressivo no município evidencia melhorias no acesso à infraestrutura digital e maior inclusão tecnológica da população local (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 77 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

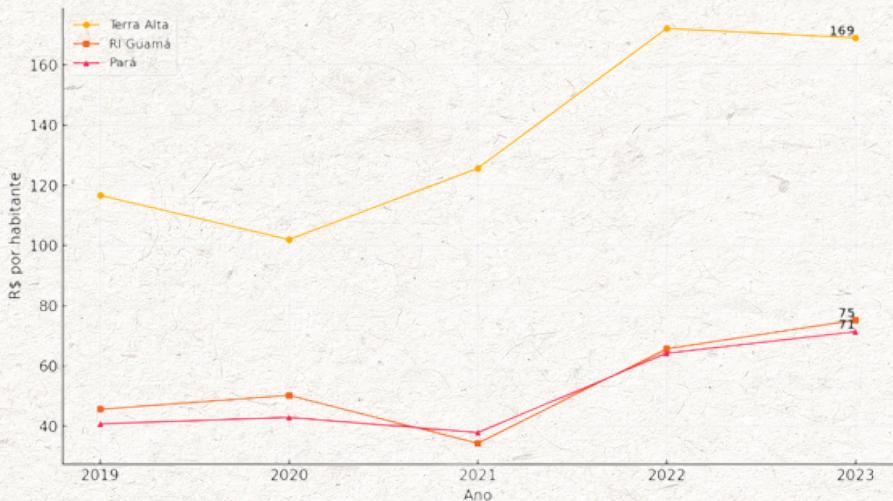
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Terra Alta teve os maiores valores entre os três níveis, começando com R\$ 117,1 por habitante em 2019, caindo para R\$ 102,1 em 2020, crescendo para R\$ 125,9 em 2021, atingindo R\$ 172,4 em 2022 e fechando com R\$ 169,1 em 2023. Já a RI Guamá teve um crescimento mais moderado: R\$ 46,0 em 2019, R\$ 50,2 em 2020, queda para R\$ 35,5 em 2021, seguido de R\$ 65,2 em 2022 e R\$ 74,7 em 2023 (Gráfico 21).

No estado do Pará, a despesa foi de R\$ 40,3 em 2019, R\$ 43,3 em 2020, recuo para R\$ 38,2 em 2021, e posterior crescimento para R\$ 64,7 (2022) e R\$ 71,4 (2023). Terra Alta investe mais que o dobro da média estadual e regional, refletindo um foco local na promoção cultural e ambiental. Ainda que o crescimento estadual e regional seja positivo, os valores absolutos permanecem significativamente mais baixos do que os do município (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



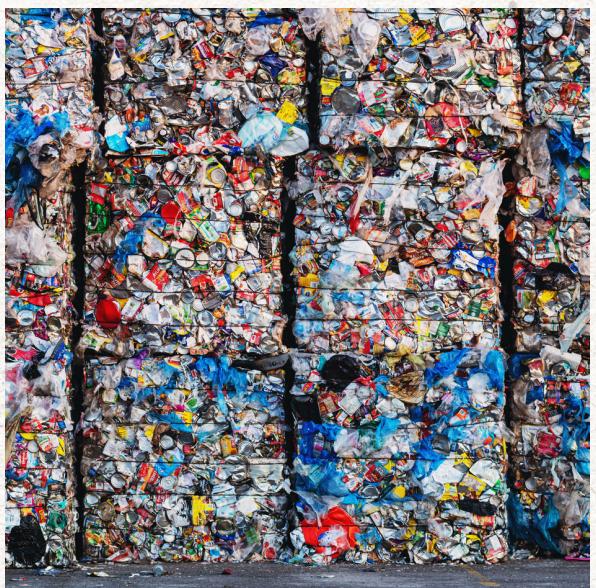
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



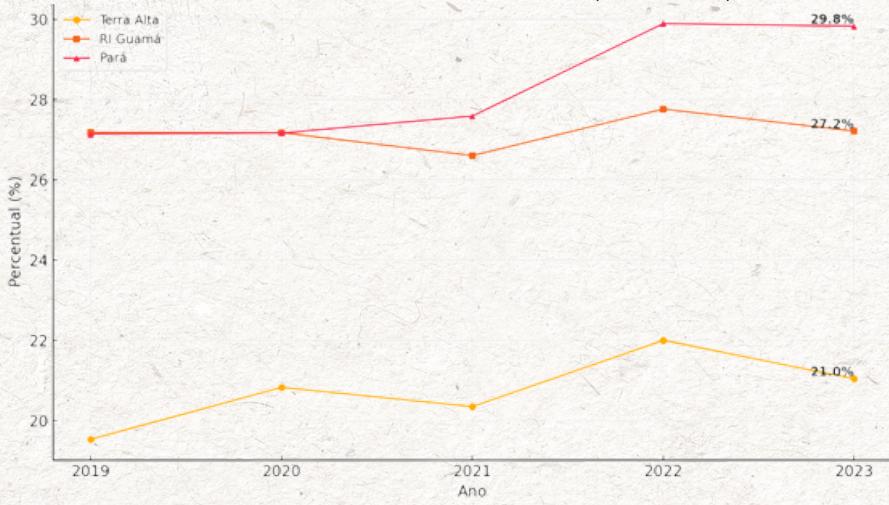


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Terra Alta, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo era de 19,4% em 2019, subiu para 20,8% em 2020, teve leve queda para 20,4% em 2021, subiu novamente para 22,0% em 2022 e encerrou 2023 em 21,0%. A RI Guamá apresentou maiores proporções: 27,2% em 2019 e 2020, 26,5% em 2021, 27,8% em 2022 e 27,2% em 2023. Embora estável, o indicador segue em patamar alto na região (Gráfico 22).

No estado do Pará, o percentual manteve-se em 27,2% em 2019 e 2020, subindo para 27,6% em 2021 e chegando a 29,8% em 2022 e 2023. Isso evidencia agravamento da prática inadequada de descarte em nível estadual. Apesar de Terra Alta apresentar índices mais baixos, a ausência de tendência de redução consistente preocupa. O dado reflete carência de políticas estruturadas de coleta e tratamento de resíduos em áreas de baixa renda (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 21%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



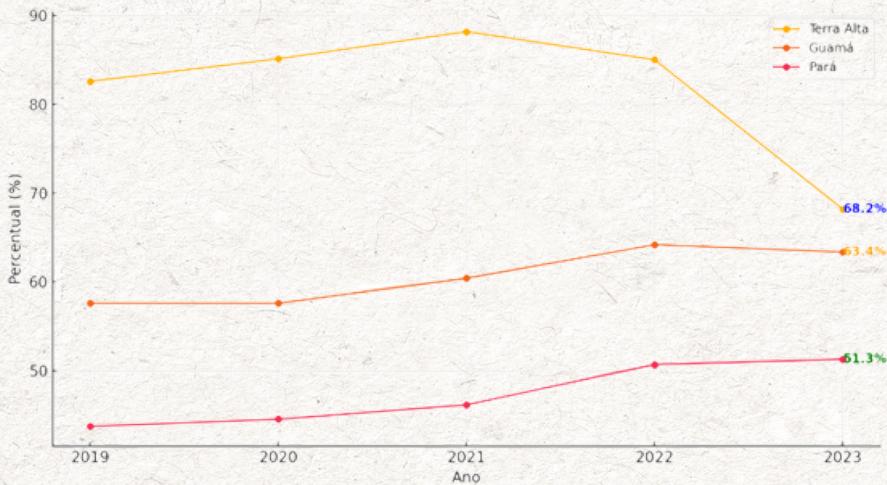
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O município de Terra Alta iniciou com 82,6% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar em 2019, subindo para 85,2% em 2020, 88,3% em 2021, recuando para 85,5% em 2022 e finalmente caindo para 68,2% em 2023. Já a RI Guamá apresentou patamares inferiores, mas depois superou o município iniciando com 58,2% em 2019 e alcançando 63,4% em 2023 (Gráfico 23).

O estado do Pará mostrou melhores condições relativas: 43,2% em 2019, subindo pa-

ra 44,2% em 2020, 46,2% em 2021, 50,7% em 2022 e 51,3% em 2023. Mesmo com leve alta no estado, os percentuais são consideravelmente menores que os da RI e do município. A queda acentuada em Terra Alta no último ano é positiva, mas o município ainda se mantém como o pior entre os três níveis. Os dados apontam para a necessidade urgente de investimentos em saneamento básico na região (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 68,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



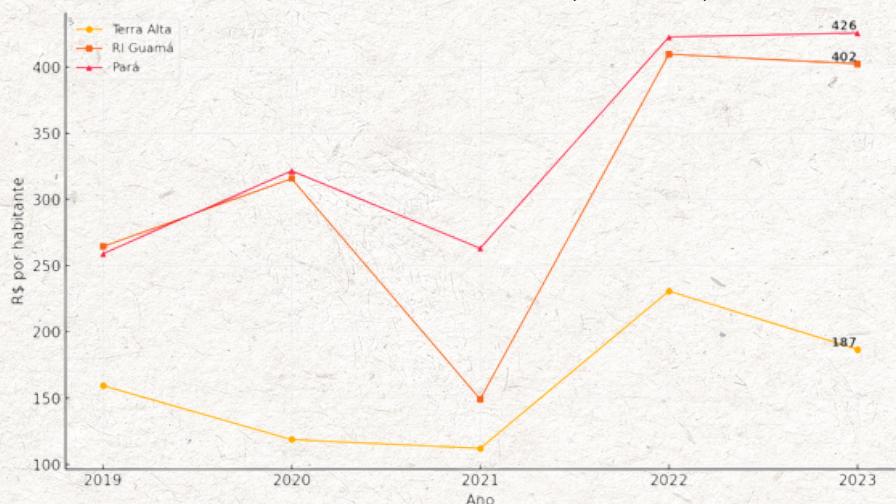
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Terra Alta, os gastos por habitante com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 159,2 em 2019, caindo para R\$ 118,3 em 2020 e para R\$ 111,4 em 2021, atingindo o menor valor da série. Em 2022, houve recuperação significativa, com aumento para R\$ 231,9, seguido de leve retração para R\$ 187,2 em 2023. Na RI Guamá, o valor era de R\$ 262,9 em 2019, subiu para R\$ 319,2 em 2020, caiu bruscamente para R\$ 149,9 em 2021, e voltou a subir para R\$ 412,6 em 2022, encerrando 2023 com R\$ 402,4. O estado do Pará seguiu uma trajetória similar: de R\$ 258,0 (2019) para R\$ 324,4 (2020), caindo para R\$ 264,2 em 2021, e crescendo expressivamente para R\$ 425,9 (2022), com leve queda para R\$ 401,6 em 2023 (Gráfico 24).



Comparativamente, observa-se que Terra Alta investiu bem abaixo da média estadual e regional ao longo de toda a série histórica. Enquanto o Pará e a RI Guamá ultrapassaram R\$ 400 por habitante em 2022 e 2023, o município não chegou a metade desse valor. Isso indica possível limitação orçamentária local para ações preventivas, ainda que tenha havido melhora após 2021. O pico de gastos estaduais e regionais em 2022 pode estar ligado a programas emergenciais após eventos climáticos extremos (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 187 / Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

No município de Terra Alta, os gastos per capita com preservação aquática foram praticamente nulos ao longo do período: R\$ 0,06 em 2019, R\$ 0,66 em 2020, R\$ 0,08 em 2021, zerando em 2022 e voltando a R\$ 1,17 em 2023. A RI Guamá também apresentou valores baixos inicialmente: R\$ 0,16 (2019), R\$ 4,53 (2020), R\$ 1,28 (2021), crescendo para R\$ 17,7 (2022) e atingindo R\$ 43,8 em 2023. O estado do Pará apresentou altos níveis de despesa, partindo de R\$ 182,5 em 2019, subindo para R\$ 278,6 em 2020, com queda para R\$ 224,0 em 2021, nova baixa em 2022 (R\$

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

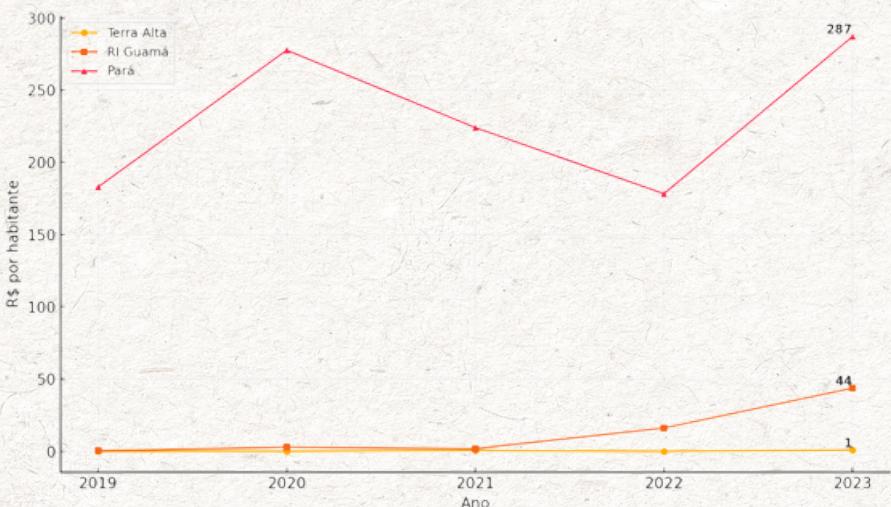


177,1), e retomada em 2023 com R\$ 286,7 (Gráfico 25).

Essa disparidade entre o estado e os demais níveis evidencia uma forte centralização dos investimentos ambientais, especialmente na proteção de recursos hídricos. Enquanto o Pará apresenta uma média superior a R\$ 200 por ano, a RI Guamá só se aproxima disso a partir de 2022, e Terra Alta praticamente não investe na área. A falta de constância e os valores irrisórios no município podem representar riscos diretos à sustentabilidade hídrica local, sobretudo considerando o contexto amazônico (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



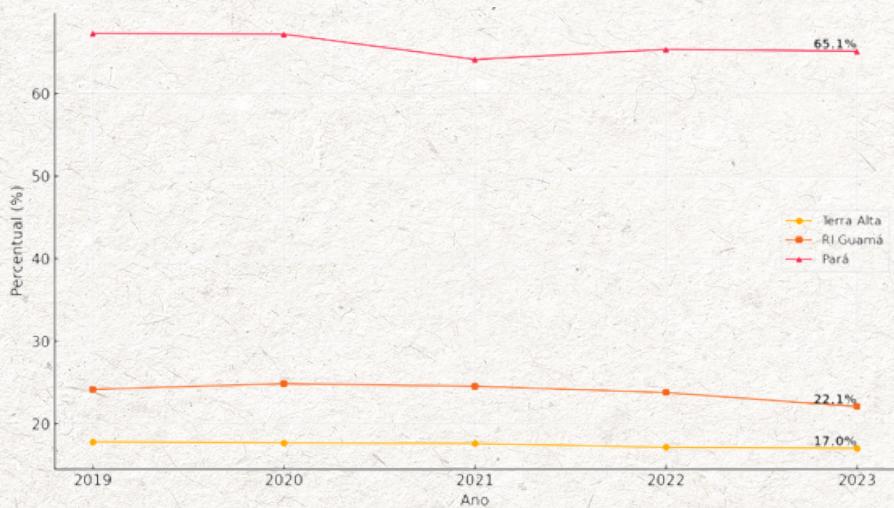
Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Terra Alta manteve um percentual de floresta relativamente estável nos primeiros anos: 17,6% em 2019 e 2020, com leve queda para 17,3% (2021), 17,1% (2022) e 17,0% (2023). A RI Guamá apresentou valores mais altos: 24,1% (2019), 24,9% (2020), 24,5% (2021), 23,9% (2022) e queda para 22,1% em 2023. Já o estado do Pará se destacou por manter cobertura florestal acima de 65% durante todo o período: 66,7% (2019), 66,6% (2020), queda para 64,3% (2021), seguida de leve recuperação para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A análise mostra que, embora o Pará mantenha cobertura florestal ampla, houve perda de 1,6 ponto percentual em sua área florestada entre 2019 e 2021, sem recuperação plena nos anos seguintes. A RI Guamá também sofreu redução de 2,8 pontos de 2020 a 2023, evidenciando tendência preocupante. Terra Alta, por sua vez, já parte de um patamar muito inferior e registra queda contínua, mesmo que discreta (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

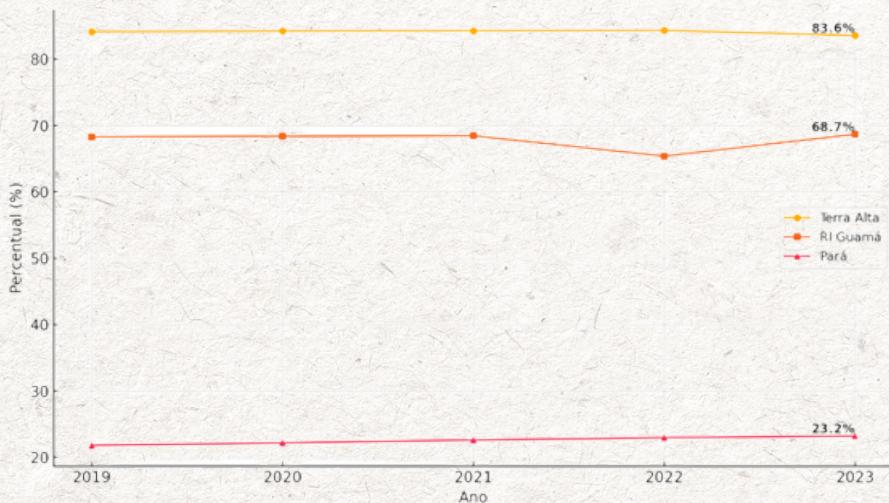
Em Terra Alta, o percentual da área desmatada em relação ao total manteve-se elevado e estável: 83,6% de 2019 a 2023, com leve oscilação negativa apenas em 2022 (83,5%). A RI Guamá apresentou percentuais também altos, iniciando com 68,2% em 2019, subindo para 68,6% (2020), caindo para 65,3% em 2022 e voltando a 68,7% em 2023. O estado do Pará registrou os menores níveis: 21,2% em 2019, 21,4% (2020), 21,8% (2021), 22,9% (2022) e 23,2% em 2023, mostrando leve, mas constante, avanço do desmatamento (Gráfico 27).

Os dados confirmam a crítica situação ambiental de Ter-

ra Alta, onde mais de 83% da área já se encontra desmatada, sem sinais de reversão ou contenção. A RI Guamá, embora com menor intensidade, segue trajetória semelhante, acima dos 65%. O Pará, mesmo com desmatamento em elevação, mantém proporção significativamente menor, o que revela desigualdade na pressão sobre o meio ambiente entre os territórios. A combinação entre baixa cobertura florestal e alta taxa de desmatamento no município é alarmante, indicando urgência em ações de restauração ecológica, ordenamento territorial e fiscalização para contenção do avanço da degradação (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Terra Alta, o indicador caiu de forma expressiva ao longo do período, partindo de 51,3 casos por 100 mil habitantes em 2019, para 25,7 em 2020, 8,5 em 2021, atingindo 0,0 em 2022 e permanecendo zerado em 2023. Na RI Guamá, os valores reduziram de 32,1 (2019) para 23,7 (2020), 16,5 (2021), 10,6 (2022) e 7,2 (2023). O estado do Pará também apresentou trajetória de queda, saindo de 39,4 em 2019, seguido de 30,6 (2020), 22,5 (2021), 16,7 (2022) e 11,3 em 2023 (Gráfico 28).

A análise mostra que Terra Alta teve a maior redução propor-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

cional, erradicando completamente o trabalho infantil no indicador até 2022. Apesar disso, a RI Guamá e o estado do Pará ainda mantêm valores residuais, embora em declínio contínuo. Esse resultado positivo no município pode estar relacionado a políticas locais de proteção social, escolarização e fiscalização do trabalho infantil. A tendência de queda em todos os níveis reflete avanços relevantes no enfrentamento da exploração do trabalho de crianças e adolescentes na região. O desafio futuro será manter esse cenário e consolidar a prevenção (Gráfico 28).

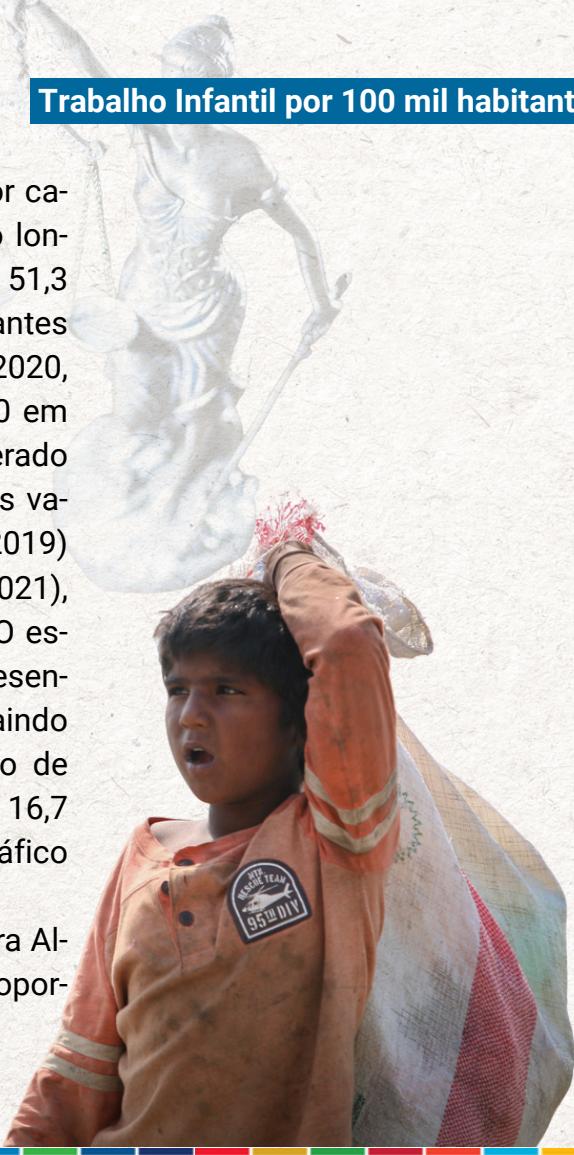
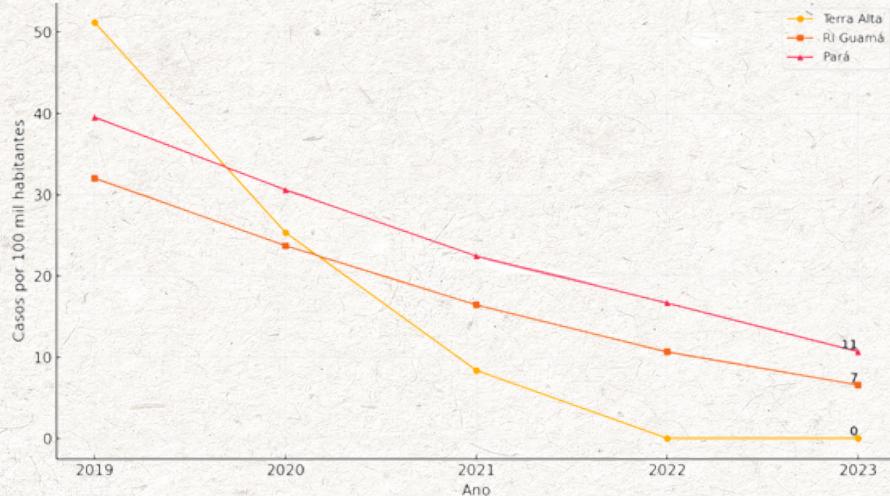




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

Em Terra Alta, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes começou em 42,5 em 2019, caiu para 33,8 em 2020, manteve-se próxima em 2021 com 33,5, e reduziu drasticamente para 19 em 2022, repetindo o mesmo valor em 2023. Já a RI Guamá apresentou 36,2 (2019), 28,2 (2020), 30,9 (2021), 29,3 (2022) e 26,8 em 2023. O estado do Pará iniciou com 38,9 homicídios por 100 mil habitantes em 2019, passando por 31,8 (2020), 31,3 (2021), subindo para 34,6 em 2022 e recuando para 30,9 em 2023 (Gráfico 29).

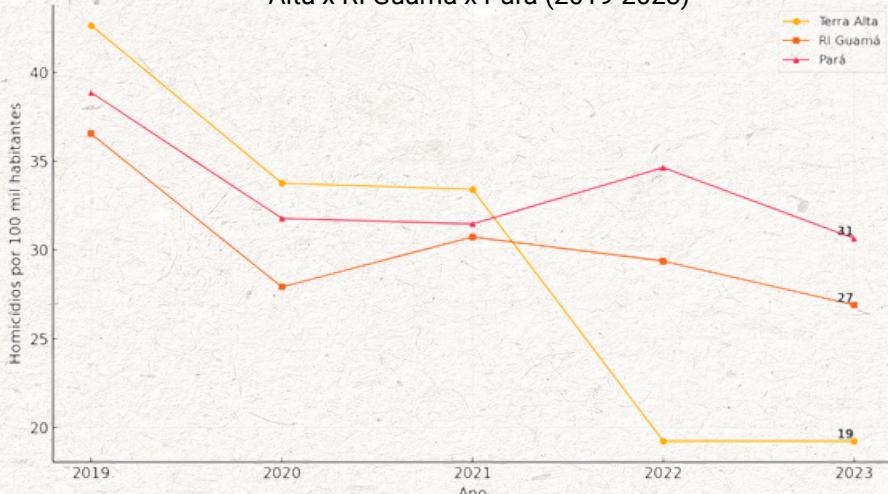
A trajetória de Terra Alta foi marcada por forte recuo, com destaque para a queda de

quase 15 pontos entre 2021 e 2022. A RI Guamá teve um desempenho mais estável, com pequena variação e declínio moderado. Já o Pará mostra um padrão de oscilação, com recuperação parcial apenas em 2023. A melhora em Terra Alta pode refletir ações locais de segurança, pacificação ou impacto de programas sociais e de cidadania. No entanto, o estado ainda apresenta um dos maiores índices nacionais, o que reforça a importância de continuar investindo em prevenção à violência e justiça criminal (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





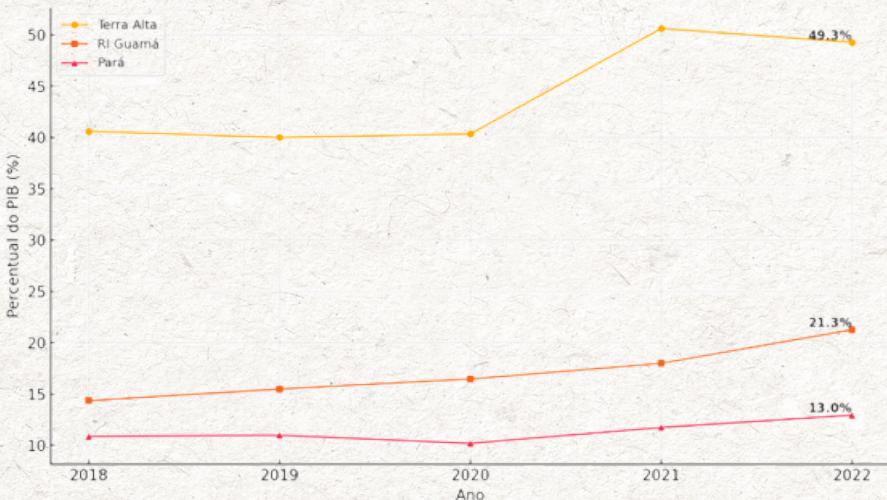
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

No município de Terra Alta, o gasto público como percentual do PIB manteve-se alto durante o período analisado. Em 2018, o índice era de 40,6%, caiu levemente para 39,9% em 2019, subiu discretamente para 40,2% em 2020 e teve aumento expressivo em 2021, chegando a 50,6%, antes de recuar levemente para 49,3% em 2022. Na RI Guamá, o indicador cresceu de forma constante: 14,4% (2018), 15,5% (2019), 16,3% (2020), 17,9% (2021) e atingiu 21,3% em 2022. Já no estado do Pará, os percentuais foram mais modestos: 10,7% (2018), 10,9% (2019), 9,9% (2020), 11,6% (2021) e 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Comparativamente, Terra Alta apresenta gas-

to público proporcionalmente muito acima da média regional e estadual. Em 2022, o município aplicou quase 50% de seu PIB em despesas públicas, mais que o dobro da RI Guamá e quase quatro vezes o percentual do estado. Esse padrão pode refletir uma base produtiva reduzida em relação à estrutura administrativa municipal, ou elevada dependência de transferências intergovernamentais. A RI Guamá tem mostrado tendência de crescimento contínuo, indicando maior dinamismo nas finanças locais. O Pará, apesar de manter o menor índice, também apresenta evolução positiva desde 2020, embora em ritmo mais lento (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Terra Alta x RI Guamá x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta foi alcançada.



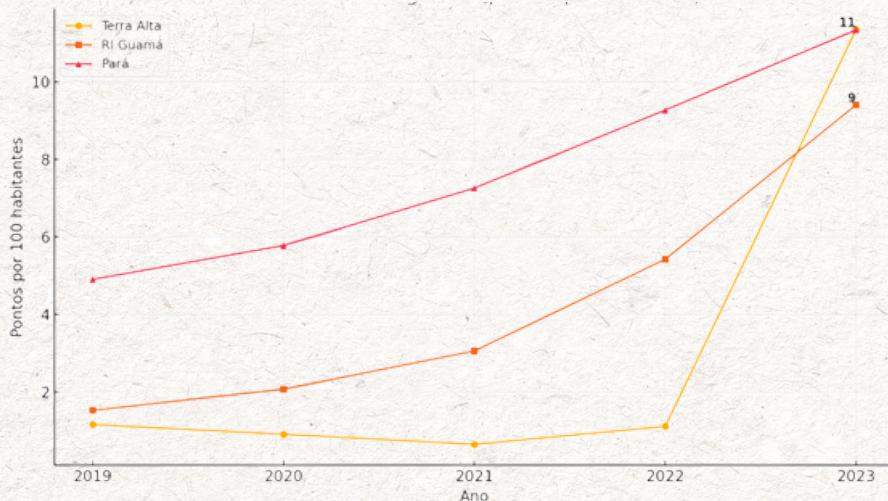
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Terra Alta, a taxa de acesso à banda larga fixa partiu de um patamar muito baixo, com 1,3 pontos por 100 habitantes em 2019, caiu para 0,9 (2020), 0,6 (2021), subiu levemente para 1,1 em 2022 e disparou para 11,0 em 2023. A RI Guamá teve crescimento mais linear: 1,6 (2019), 2,1 (2020), 3,0 (2021), 5,4 (2022) e 9,0 (2023). O estado do Pará apresentou evolução constante e superior aos demais: 5,0 (2019), 5,8 (2020), 7,3 (2021), 9,3 (2022) e 11,0 (2023) (Gráfico 31).

A trajetória de Terra Alta chama atenção pelo salto repentino entre 2022 e 2023, passando de

1,1 para 11,0 pontos, alcançando a média estadual e superando a regional. Isso pode refletir ações recentes de expansão da infraestrutura digital, como investimentos em fibra ótica ou programas públicos de inclusão digital. A RI Guamá seguiu trajetória gradual e constante, mas ainda abaixo do desempenho estadual e municipal no último ano. O estado do Pará liderou em cobertura durante todo o período, mantendo crescimento estável. A convergência entre os níveis em 2023 sugere redução das desigualdades de acesso, ao menos em termos quantitativos (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

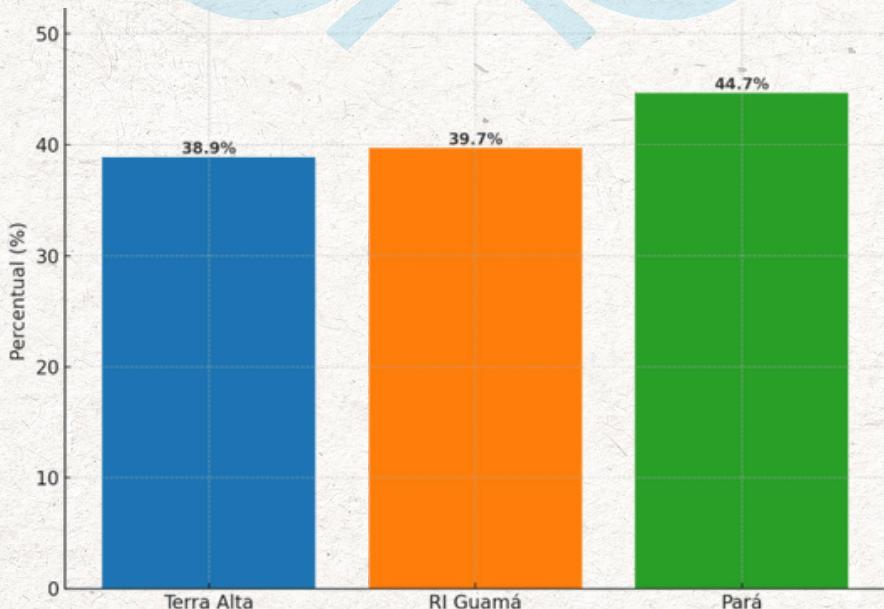


Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Terra Alta** registrou um IDS de **38,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Terra Alta x RI Guamá x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

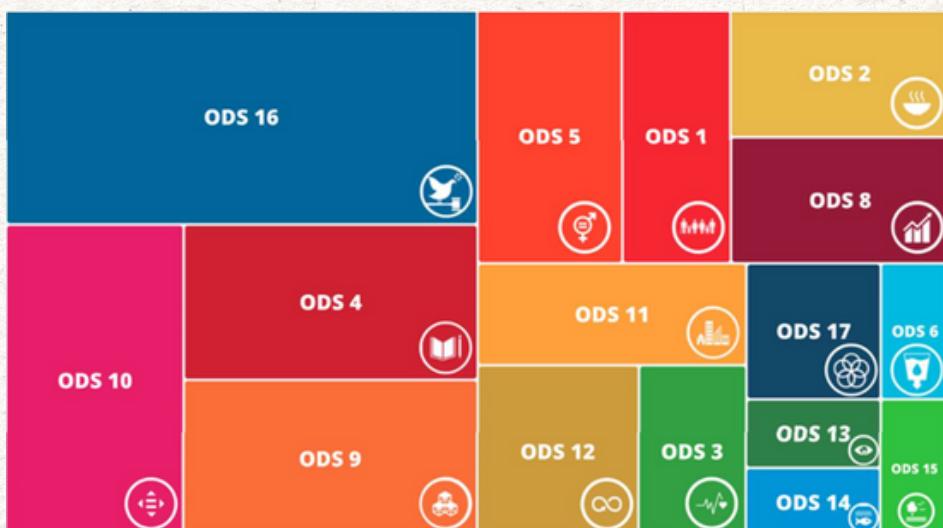
No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Terra Alta na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Terra Alta e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

